

“NO TEMPO DA ENCHENTE DE 2008”: REDES DE EMERGÊNCIA E DE SOLIDARIEDADE EM FACE DA CATÁSTROFE EM ITAJAI, SC

Débora **Bueno Gomes**¹

O universo de pesquisa e a construção de um problema de pesquisa

O mote de nosso estudo foi o de desenvolver uma pesquisa na interface de dois campos de conhecimento, Antrologia Urbana e Antropologia da Imagem, linhas que desenvolvo como pesquisadora no Núcleo de Antropologia Visual (PPGAS/UFRGS), com financiamento do CNPq. Foi no âmbito deste núcleo que nasceu a proposta deste sub-projeto que trata do tema das catástrofes e vitimizações de habitantes em contextos urbanos. Enchentes e desastres naturais remetem às questões que problematizam as condições e determinações climáticas e impactos sobre precipitações que se concentram em cidades que sofrem destruição de patrimônios familiares e mesmo perda de vidas dimensionando uma experiência traumática vivida em situação de desastre natural e ambiental. Parti da pesquisa de campo na cidade de Itajaí desenvolvida em 2009 e 2010, em que problematizo os tempos vividos e narrados, seguindo a proposta de uma etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2005).

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.



Imagem 1: Colagens de reportagens produzidas no período da enchente em 2008. Imprensa local.

Cenas de guerra, drama, tragédia humana eram as definições que chegavam aos nossos olhos e ouvidos sobre o que estava acontecendo no Estado de Santa Catarina. A tragédia que se iniciou no dia 22 de novembro de 2008 em Itajaí, quando as águas começaram a subir e ocupar as casas da maior parte da população, instaurou um cenário desolador de drama humano. Foram inúmeras perdas, não somente materiais como também de vidas. As chuvas de agosto, setembro, outubro de 2008 elevaram o nível dos rios da Bacia do Itajaí, encharcando o solo da região e culminando na maior tragédia vista na região.

Esta é uma etnografia que teve como principal objetivo se pautar nas narrativas da experiência traumática vivenciada pelos habitantes e nas formas que interpretam as crises e descontinuidades em suas vidas cotidianas. A escolha é pelo tema das rupturas e traumas das memórias coletivas e individuais (Benjamin, 1986; Halbwachs, 1990) dos moradores em face de um “evento crítico” (Das, 2004) que afetou a vida pessoal e comunitária no Vale do Itajaí. Desta forma, houve um esforço de compreender e descrever interpretativamente a vida social dos diversos grupos urbanos através de um contato direto com eles e do ato de compartilhar suas experiências cotidianas, da observação e escuta atenta (Cardoso, 2000) das práticas, relatos que compõem a

enchente enquanto determinante de um drama social (Turner, 1986) e de tragédia humana que atingiu todas as classes sociais.

No dia 22 de novembro a cidade de Itajaí vive uma precipitação climática com fortes chuvas que a deixa inundada, o que expôs mais uma vez a fragilidade e vulnerabilidade da região. A prestação de serviços básicos foi afetada. A cidade ficou submersa e em consequência disso foram interrompidos os abastecimentos de água, energia elétrica, serviços de telecomunicação e transportes. Apesar de ser uma tragédia atribuída a fatores naturais, os danos provocados na região foram reforçados pela forma de organização sócio-espacial. Fenômenos de ordens naturais relacionados a problemas de organização sócio-espacial resultam em um desastre, que pode ser compreendido como “(...) um acontecimento, ou uma série de acontecimentos, que altera o modo de funcionamento rotineiro de uma sociedade. Estes acontecimentos são provocados por uma grande variedade de agentes naturais ou criados pelo homem (...)” (Mattedi, Butzke, 2001).

Redes de solidariedade formadas em uma situação de emergência

Com o objetivo de desenvolver uma etnografia nesse grupo social, objectivei a inserção em uma rede de pessoas que vivenciaram algum tipo de perda na enchente de 2008 no Vale do Itajaí, situação que atingiu gravemente o estado de Santa Catarina. A relação consentida de quatro interlocutoras e um interlocutor para o exercício etnográfico, permitiram a pesquisa sobre suas memórias dos “tempos” de crise e de ruptura nas rotinas da vida cotidiana, em que os moradores da cidade viram suas casas sendo tomadas pela água. Segundo as narrativas das quatro interlocutoras entrevistadas, todas pertencentes a uma mesma rede de parentesco, no período da enchente se organizaram rapidamente objetivando um círculo de solidariedade, uma “rede de emergência”. São elas: Dona Mariquinha, Dinha e Marlene, irmãs; Angélica era nora de Marlene. O nosso personagem masculino entrevistado é Roberto, professor de História da FURB (Universidade de Blumenau), morador da cidade de Itajaí, que no momento da enchente desempenhou o papel de voluntário da Defesa Civil; sua narrativa apresenta elementos que contribuíram para a compreensão de como se deu a formação de uma rede de solidariedade em um nível institucional, em que predominou o vínculo vertical, que acontece quando “se dá uma assimetria de recursos” (Lomnitz, 2009: 19).

Conforme a antropóloga mexicana Larissa Lomnitz (2009), redes sociais são construções abstratas que se desenham de acordo com os critérios do pesquisador. A

enchente que aconteceu na cidade de Itajaí em novembro de 2008 provocou uma ruptura no cotidiano de seus moradores. A etnografia realizada junto a uma rede de moradores da cidade evidencia que esta ruptura aciona ações imediatas no plano das relações de parentesco, de vizinhança, de grupos religiosos ou civis. É nas formas de relações sociais da ordem do cotidiano que se configuraram atos de emergência, que se configuraram experiências de solidariedade escutada em suas narrativas, observadas em documentos e imagens sobre o evento.

Dessa forma, meu objetivo é “etnografar” essas redes acionadas e vivenciadas. A etnografia mostra como os atores sociais viveram esta experiência a nível familiar, de vizinhança, de bairro e de instituições. Para a construção dessas redes, fundamento-me nos estudos junto a comunidades populares (Lomnitz, 2009) em que se destaca a centralidade de redes sociais construídas sobre o sistema de reciprocidade com predomínio de vínculos horizontais enquanto estratégia de sobrevivência. As narrativas das interlocutoras-chaves orientaram a construção de uma rede de solidariedade de emergência em que aconteceu um intercâmbio do tipo horizontal, que segundo autora,

Cada pessoa é o centro de uma rede de solidariedade e, ao mesmo tempo, é parte de outras redes. A solidariedade implica em um sistema de intercâmbio de bens, serviços e informações que ocorre dentro da sociabilidade. Este intercâmbio pode ser horizontal, quando a troca se dá entre iguais mediante um sistema de reciprocidade, ou pode ser vertical, quando se dá uma assimetria de recursos. (Lomnitz, 2009: 19)

Para dar conta da interpretação da dramática da vida cotidiana na condição urbana de enfrentamento destes “riscos ambientais”, a cada apresentação da proposta de pesquisa e entrevista em campo, busquei como foco de análise quais foram as redes de solidariedade de emergência que se formaram e quais as formas públicas de atendimento e prevenção a esta situação de vulnerabilidade a Defesa Civil assumiu. Porém, verifiquei que, temporariamente, a enchente propiciou sim a emergência de novas redes de interação e sociabilidade que podem ser definidas como relações de reciprocidade e solidariedade entre indivíduos.

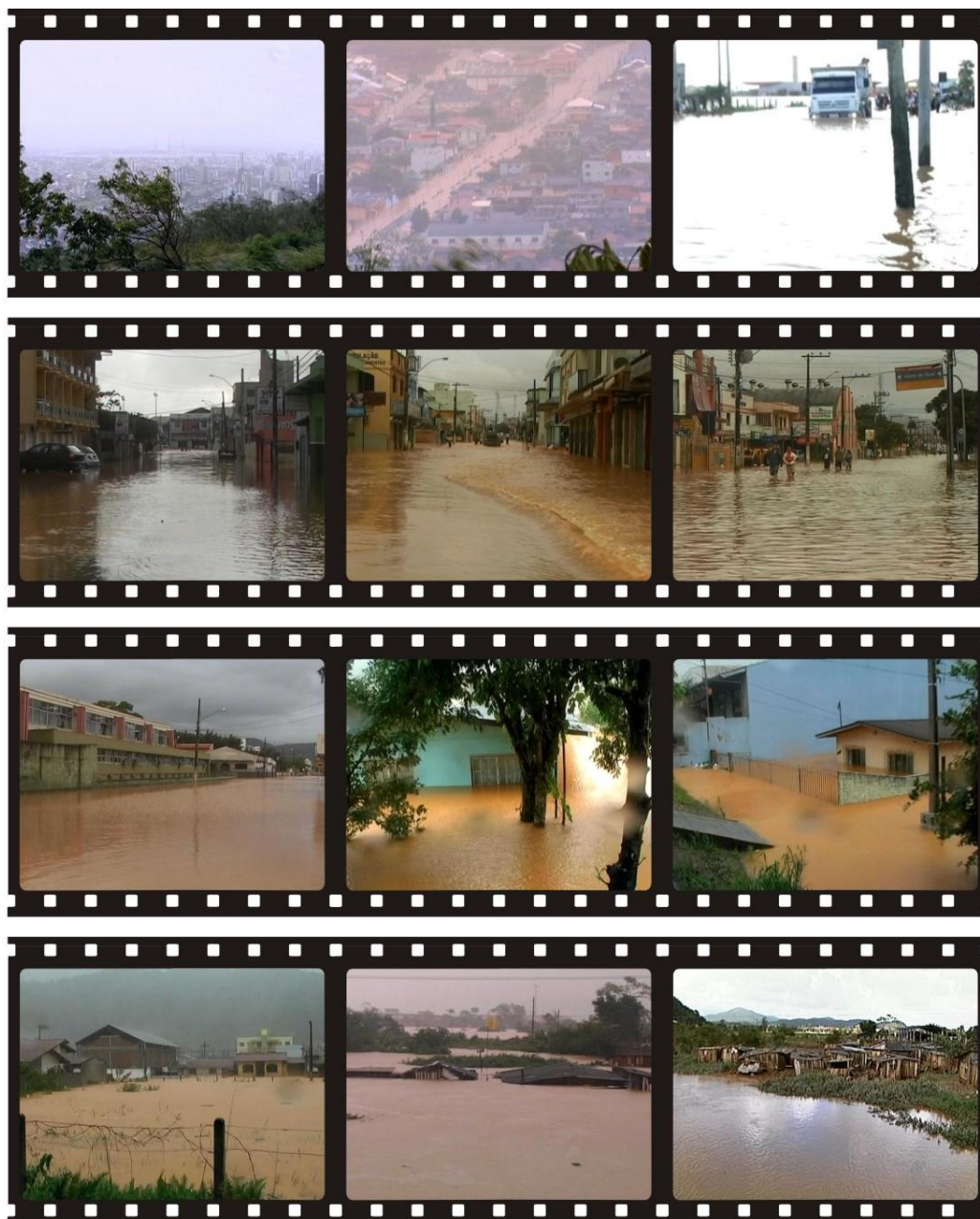


Imagem 2: Frames extraídos de imagens de vídeo cedido pela Rede Record Itajaí.

Redes de solidariedade de emergência de nível institucional: a Defesa Civil

José Roberto Severino é professor de História da FURB e quando não estava na universidade, encontrava-se na Livraria Aberta que se localiza no Centro de Itajaí, em uma casa tombada como patrimônio histórico. Entre 2005 e 2008 ele foi superintendente da Fundação Genésio Miranda Lins, responsável pela coordenação do Arquivo Histórico e do Museu da cidade. Ele nasceu em Itajaí. Hoje, sua casa se encontra na área que não foi atingida pela enchente, mas por fazer parte da estrutura de governo vigente no período, foi convocado para fazer parte da equipe que traçaria um plano de prevenção se caso a enchente acontecesse.

Segundo Roberto, no mês de outubro e novembro, aconteceram chuvas permanentes, praticamente 40 dias chovendo sem parar, sem ver sol. Após dia 15 de novembro, teve um alerta de que havia um risco de enchente. Blumenau e todo o Alto Vale de Itajaí tinham um sistema de monitoramento de alguns afluentes do Itajaí Açu, havia um risco e isso estava sendo divulgado pela imprensa. A partir desta semana houve uma mobilização da administração da cidade para que toda a estrutura de governo começasse a traçar um plano de prevenção porque havia um risco considerável que ameaçava a cidade com seus cento e oitenta mil habitantes (180.000 h). Na semana de eventos, 20 de novembro, a chuva não parava, a Defesa Civil compreendeu que a enchente aconteceria. Que mecanismo de Defesa Civil adotaria? Dois dias antes que foi feita a previsão, a Defesa Civil passou a trabalhar com níveis de alerta e dia 20 chegou ao alerta vermelho. A Defesa Civil não tinha estrutura dos planos para cada nível de catástrofe. Tinham idéias e alguns contatos. A enchente de 2008 poderia ser mais catastrófica se comparada a outras cheias que aconteceram, conforme a explicação de Roberto:

“O alerta vermelho diz: vamos levantar as coisas, porque agente não sabe o nível que a água vai chegar. A enchente de Itajaí não foi mais catastrófica porque os níveis do Itajaí Açu ficaram quatro metros abaixo dos níveis atingidos nas enchentes de 1983 e 1984, que chegou perto de 16 metros. Agora chegaram perto de 12 metros. Assim seria uma enchente muito mais impactante. Semelhante a uma que já houve, em 1911, mas é muito rara, por isso que a taxa de retorno dela é menor. A pergunta era: quanto da cidade será inundada?” (Entrevista, 29/10/09)

No sábado, dia 22 de novembro a possibilidade de acontecer uma enchente se tornou realidade, pois a cidade começou a ser tomada pelas águas. Roberto seria o responsável pelos cuidados com o patrimônio histórico da cidade. Diante das necessidades impostas naquele momento, ele se deslocou para a Defesa Civil, mas as circunstâncias o levaram a se tornar um voluntário na área de comunicação.

A partir do dia 21 era sabido que haveria uma enchente, apenas não sabiam a dimensão que assumiria. Roberto descreveu que a sede da Defesa Civil ficava num lugar chamado Barra do Rio que também é uma antiga sesmária portuguesa, uma área alta, uma área aonde os imigrantes alemães, italianos chegavam aqui, era o lugar onde as embarcações aguardavam para ir para as colônias, tipo uma grande área de colônia, uma ante sala da colônia, era uma área seca, mas já ocupada pelos portugueses desde o século XVIII. A Defesa Civil ficava lá junto com outras secretarias. Na sexta-feira e no sábado, Roberto recorreu à Defesa Civil para tratar de assuntos referentes ao patrimônio histórico e preocupado com a situação da enchente:

“Fui para lá cobrando uma série de coisas e o Sérgio que era o responsável me apresentou para algumas pessoas: vai aqui conversando com a secretária tal... e eu fui indo lá ao longo da sexta-feira. No sábado eu fui lá umas duas vezes e na terceira vez que eu fui, eu fui com a minha companheira, agente pegou o carro e fomos lá resolver uma situação e faltava uma pessoa para atender ao telefone e eles estavam com problemas porque as pessoas ligavam muito e ela sentou, ela sentou ajudando no telefone e eu ajudando em outra parte e dali não saímos mais. Porque nós ficamos lá e a noite começou a encher, da tarde para a noite começou a chover, e no domingo então, a enchente já estava na cidade”. (Entrevista, 29/10/09)

Ao longo do sábado, eles ligaram para os funcionários, confirmando a questão da enchente, ligaram para parentes, para pessoas conhecidas para promover a proteção de suas casas e se a casa fosse numa área que tivesse sido atingida em 83/84, era para a pessoa sair da casa, pois certamente a enchente voltaria a acontecer. Segundo Roberto, a Defesa Civil apresentava os dados concretos disso, recebidos pela Defesa Civil do Estado e pela Defesa Civil de Blumenau. Desta forma, a experiência que Roberto viveu de Defesa Civil foi um mero acaso.

De sábado para domingo Roberto tomou a decisão de chamar mais pessoas para ajudar. Chamou todos os funcionários, os comissionares da Fundação para trabalhar na Defesa Civil. Montaram uma central de telefone, porque só tinha um telefone na Defesa Civil, se uma pessoa ligasse e ao mesmo tempo outra pessoa ligasse, daria ocupado: “Tiraram a central telefônica da Fundação, levaram para lá, e aí tinham 20 telefones!”, explica o entrevistado, e segue:

“Juntaram os aparelhos, foram buscar na Secretaria da Criança, e criaram toda uma estrutura, incluindo colchonetes. Fiquei todo o tempo da enchente que foi praticamente dez dias, dormindo lá, comendo sanduíche e bebendo água, mas no domingo e na segunda-feira não se comeu nada, pois não tinha comida e não havia como sair do local”. (Entrevista, 29/10/09)

“Nós viramos as noites recebendo telefonemas porque as pessoas ligavam para o número da Defesa Civil pedindo para serem resgatadas, porque as pessoas foram para cima das casas, e aí foi uma situação de emergência. Não tinha água, banheiro entupido, porque não tinha esgotamento. Faltou água, faltou energia. Então nós trabalhávamos com gerador para alimentar a casa da Defesa Civil”. (Entrevista, 29/10/09)

Roberto considerava a situação em que se encontrava semelhante a e quem estava na rua porque estavam sem água e com a energia elétrica cortada, parte dos telefones cortados, os celulares, por exemplo, quando a água chegava numa torre de transmissão, a companhia parava de funcionar. Era uma ou outra companhia que tinha as torres no alto, se atingia parte do sistema era interrompida a comunicação. Os canais locais de televisão foram parando aos poucos até ficar somente o canal da universidade

e de outra TV local, a rádio da universidade que estava funcionando. As coisas foram parando, Roberto relatou que “toda a cidade foi parando aos poucos”.

A enchente expôs o total despreparo do poder público em lidar com uma questão recorrente na cidade. No dia 23 de novembro, o então prefeito de Itajaí Volnei José Morastoni, decretou situação de calamidade pública². O caos instaurado no Estado de Santa Catarina repercutiu em todo o país e gerou mobilizações de solidariedade às vítimas. O drama vivido por Roberto evidenciou que não havia um plano efetivo para situações de emergência. O relato de Roberto mostrou os desafios que eram colocados a cada dia que a cidade estava tomada pelas águas:

“Ficamos neste trabalho, até chegar segunda-feira que a notícia se espalhou pelo Brasil e aí começou um segundo processo que é de como a gente faz, onde que a gente vai alojar estas pessoas, que precisa alojá-las e o que agente faz daqui para frente, que passos vão ser dados. Por que como a Defesa Civil, eu não era da Defesa Civil, estava na Defesa Civil, a Defesa Civil estava cuidando de salvar as pessoas lá, toda a equipe com os bombeiros. Nós ficamos com a responsabilidade dos telefones”. (Entrevista, 29/10/09)

Roberto estava na emergência, ele tinha um rádio e falava direto com os bombeiros, pedindo o que fosse necessário, o telefone fixo funcionava e não parou de funcionar. Ele manteve uma linha direta com os bombeiros: na rua tal, tantas pessoas em cima da casa, por exemplo. No domingo era só o corpo de bombeiros da cidade; na segunda-feira começou a chegar o corpo de bombeiros de algumas regiões vizinhas como Florianópolis, Joinville. Começaram a chegar voluntários. Vieram voluntários de diversas ordens, alunos da Universidade Federal do Paraná vieram para contribuir, a própria Defesa Civil vieram para trabalhar na cidade.

Para Roberto, nos primeiros dias, apresentava-se o problema de primeiro salvar as pessoas e depois alojá-las num lugar seguro, mas que lugar seria este? Ao longo de uma semana de cheia, segundo Roberto, vários problemas se apresentavam e a Defesa Civil da cidade respondia de forma amadora. A UNIVALI foi um dos lugares que ativaram para servir de abrigo. Num primeiro momento era um número próximo a 40 mil pessoas desalojadas. O alojamento ficou sob responsabilidade da Defesa Civil e foram 40 mil pessoas e instituições públicas sob responsabilidade da Defesa Civil.

Terminada a etapa de retirar, salvar as pessoas, começou a segunda etapa, “porque a água não baixou, encheu e ficou”, refere-se Roberto. De segunda para terça-feira começaram um trabalho de suprir a falta de água potável. Entraram em contato

² Decreto nº 8.760, de 23 de novembro de 2008. Declara em situação anormal, caracterizada como calamidade pública a área do município afetada por enchentes ou inundações graduais.

com quem poderia fornecer água potável de fora da cidade, fraldas, mantimentos secos, gás de cozinha. Montaram toda uma logística para isso. De segunda para terça-feira começaram a chegar o exército. Na quarta-feira chegou a força aérea, montaram um hospital, que levou dias para ser montado.

“Mas, como tu acompanhastes pela imprensa agente ficou do dia 21 de novembro até dezembro com isso. Foram praticamente três semanas de desespero. Nos dez dias depois quando a água começou a baixar nós tínhamos outro problema que era acompanhar o retorno para casa, que casa? Teve lugares que a gente teve que interditar, existia todo um cuidado, então nós é que fazíamos isso, junto com os engenheiros, o pessoal do porto. A minha experiência foi a de participar voluntariamente, mas como um cidadão que estava vendo a sua cidade numa situação de emergência. A gente estava numa posição estratégica que permitia que contribuíssemos mais, porque nós tínhamos telefones, depois conseguimos restaurar a coisa da internet, isso tudo possibilitou trazer recursos buscar alternativas, relocar pessoas, criar dinâmicas de abrigos porque os abrigos precisavam, não havia um plano de como as pessoas se comporta nos abrigos, Blumenau tem um jeito, Itajaí tem outro. Então cada lugar foi dando uma resposta aos problemas de uma forma amadora”. (Entrevista, 29/10/09)

Veena Das (2004) elaborou o conceito de evento crítico para analisar situações em que há uma ruptura no cotidiano ocasionada por violência, dor, sofrimento. Para a autora, o evento crítico possibilita a emergência de atores sociais comuns enquanto agentes políticos que se mobilizam para interpelar o Estado. O encontro etnográfico instituiu momentaneamente a ordenação de lembranças e conformação do trauma dos interlocutores, num processo de memória/esquecimento, no que se referia à experiência vivida pela ruptura provocada pela enchente, evidenciando a ineficiência de políticas públicas em lidar com eventos catastróficos.

Redes de parentesco acionadas como redes de solidariedade em uma situação de emergência

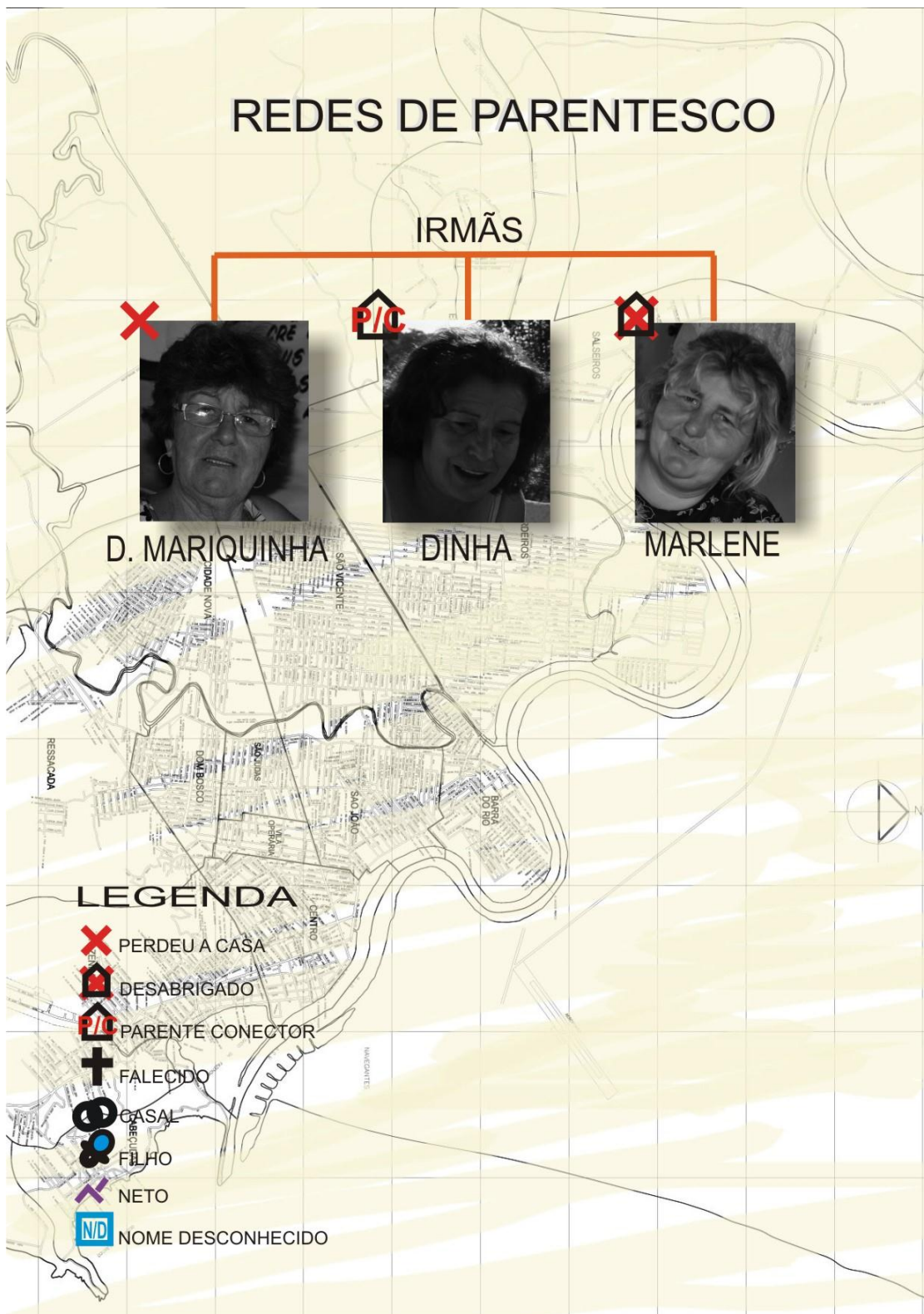


Imagem 3: Exercício gráfico das redes de parentesco.

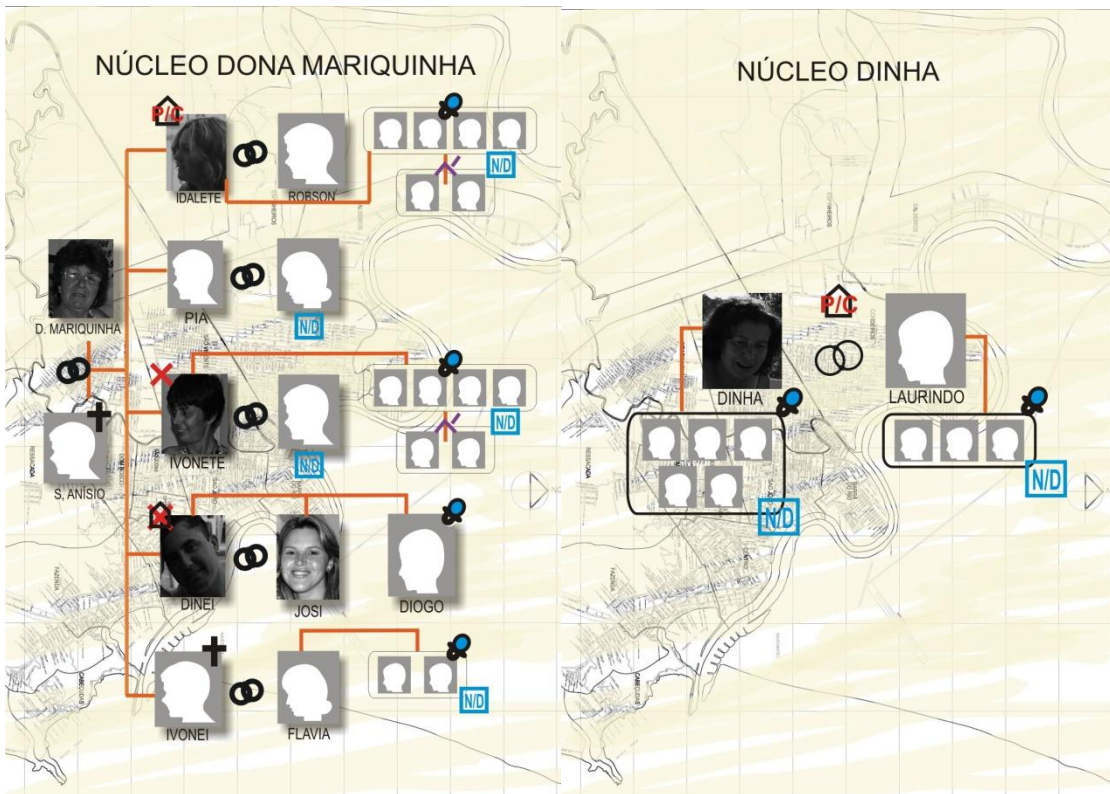


Imagem 4: Rede de Parentesco, dona Mariquinha

Imagem 5: Rede de Parentesco, Dinha

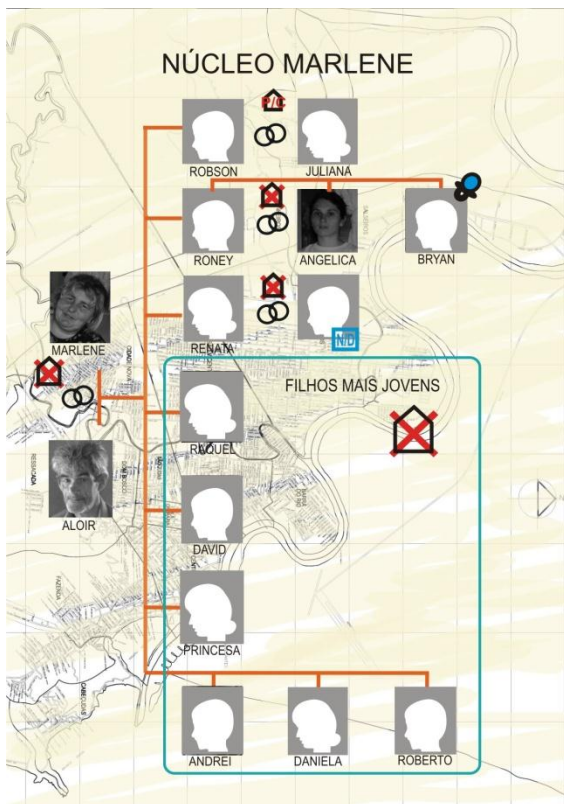


Imagem 6: Rede de parentesco, Marlene



Imagem 7: Marlene, dona Mariquinha e Dinha

Dona Mariquinha é moradora do bairro São Vicente. Segundo ela, em novembro de 2008, quando a água subiu, havia três casas em seu terreno; casas de madeira. Ela morava na casa dos fundos, Idnei seu filho morava na casa do meio com a esposa e um filho e, Ivonete sua filha, morava na casa da frente com dois filhos pequenos e seu marido.

Vale destacar que a cerca que delimita os fundos de seu terreno, encontra-se a mais ou menos um metro de distância das margens do rio Itajaí-Mirim. Quando a “água subiu”³ o muro do vizinho que mora do lado esquerdo caiu sobre sua casa e a derrubou. Dona Mariquinha relatou:

“Vou dizer uma coisa pra ti, enchia dentro da minha casa, e dentro do meu terreno existiam três casas. Todas elas, essa minha última casa que eu perdi, lá foi água até quase o teto. Eu saí de casa só com minha roupa do corpo, peguei os documentos, as fotos, nós saímos porque não deu tempo. Então nós perdemos tudo, entende?” (Entrevista, 18/01/10).



Imagem 8: A frente da casa de dona Mariquinha

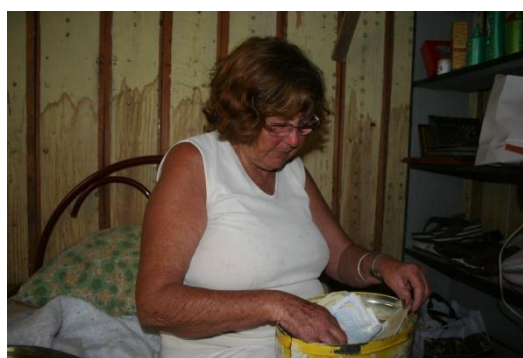


Imagem 9: Dona Mariquinha

³ Os moradores costumam usar exatamente este o termo “subiu”, pois segundo as narrativas, não estava chovendo no momento, e sim a água das barragens foram abertas, desceu o rio, e por não ter mais pra onde escoar, por que era período de maré alta, subiu pelos bueiros, rios e todos os buracos abertos na casa como ralos, esgoto, vaso sanitário.

O trabalho de Elizabeth Bott⁴ se faz pertinente, uma vez que a etnografia apontou para uma rede de solidariedade, constituída por uma rede de parentesco, que pelo menos no momento da ruptura ocasionada pela enchente, pode ser denominada como uma rede social frouxa em que são acionados os membros da família extensa e em que é fundamental o papel do “parente conector” que Bott (1976) definiu como uma pessoa influente que possibilitava mobilizações de intercâmbio de serviços e informações entre as partes que constituíam as redes de parentesco.

Pelo seu relato, tal casa se encontrava em situação precária. Assim, foram obrigados a deixar as casas e ir para a casa de uma de suas filhas, Idalete que mora no Bairro Cordeiros com três filhos e o marido. Embora este bairro tenha sido atingido pela enchente, a casa de Idalete não sofreu com a ocupação da água e ela pode ser considerada como “parente conectora” pelas condições que apresentou de agregar seus parentes numa situação de emergência. Idnei, o filho de Dona Mariquinha que morava no mesmo quintal conseguiu poupar da destruição uma televisão, uma geladeira e um fogão, pois quando se deu conta que a água subiria demais, guardou no container de um amigo.

Já as coisas de dona Mariquinha foram destruídas. Ela perdeu todos os móveis, teve seus utensílios domésticos estragados, parte das roupas foi jogada fora e outra teve que lavar muito bem para retirar a lama que pelo que observei impregnou roupas, móveis e a cidade de Itajaí quase que completamente.

Idalete mora na parte superior de um sobrado. O terreno era de sua sogra, mas Idalete foi quem investiu financeiramente na construção da casa em que mora. Nesta casa, moram Idalete mais três de seus quatro filhos e seu marido Robson. Quando a água atingiu a cidade, ela abrigou dona Mariquinha sua mãe, Ivonete sua irmã, mais quatro filhos e o marido, genro e neto. Em sua maioria, eram crianças muito pequenas, que demandavam atenção especial e sofriam por ficarem presas, por tanto tempo em um

⁴ Elizabeth Bott, ao pesquisar famílias e casais, apresenta-nos sua metodologia e as técnicas de campo. A partir de entrevistas, a autora estuda grupos tomados como totalidades funcionais; sua tese é de que as famílias estudadas, como totalidades sociais estavam organizadas em redes, a atenção de sua pesquisa estava centrada no casal e na família enquanto grupo. A rede encontra-se num nível mais consciente, podendo pensá-la a partir das relações interpessoais e institucionalizadas, enquanto o sistema nos apresenta a idéia de totalidade. Bott trabalhava com uma equipe multidisciplinar e sua análise foi desenvolvida na década de 50 em famílias londrinas. Elaborou sua análise a partir de formatos de redes sociais frouxas e de redes sociais estreitas. Construiu as redes sociais do casal conforme verificava a disposição dos papéis conjugais. Dessa forma, definiu como uma formação de rede social frouxa aquela em que apareciam papéis conjugais conjuntos e, papéis conjugais segregados, constituíram para a autora uma rede social estreita.

espaço pequeno, sem liberdade pra extravasar a energia. No período em que ficaram ilhados, relatam que o maior problema foi a escassez de água e comida.

Ao conversar com Dona Mariquinha e sua filha Ivonete, elas expressaram o sentimento de dor e desorientação em ver seus móveis, roupas e casa destruídas. Ainda, havia o medo de que suas vidas e de seus familiares estivesse em risco, pois sabiam que vidas foram levadas pela enchente e pelos deslizamentos que aconteciam no Vale do Itajaí.

Dona Mariquinha é um exemplo, entre inúmeros, de pessoas que vivem em situação de risco. Mary Douglas (Douglas e Wildavsky, 1982) contribui nesta reflexão pelo fato de que sua abordagem para o risco leva em consideração características particulares do grupo em questão assim como a compreensão da forma como o grupo percebe, constrói e se adapta aos riscos. A autora propõe que os riscos e as suas percepções sejam compreendidos enquanto construções sociais determinadas por fatores culturais; enquanto uma construção social que tem sua emergência em contextos históricos e culturais específicos e dentro de instituições, não apenas no nível individual.

A busca de um lugar para se abrigar: o relato de Marlene



Imagem 10: Marlene e seu filho Andrei



Imagem 11: Marlene

Dona Mariquinha foi quem me apresentou pra sua irmã, Marlene. Ela mesma explicou que eu estava ali, na sua casa, porque fazia um trabalho para os meus estudos sobre a enchente. O primeiro comentário de Marlene não fugiu ao padrão dos comentários que escutava diariamente: “perdi quase tudo que tinha e não recebi nada do veio pra cidade como doação!”

Marlene me contou o quanto foi horrível e assustadora a situação de vivenciar uma enchente. Quando a água subia, ela vinha por todos os buracos, bueiros nas ruas, vasos sanitários, canos das pias. A água subia com tamanha força que expelia todo o lixo e esgoto. E não era água de chuva, pois em Itajaí não estava mais chovendo, mas a chuva se concentrou na região oeste, enchera os rios, que ao descer o Vale do Itajaí, desembocaria no Baixo Vale do Itajaí, que não mais comportava o volume de água. Enquanto eu escutava o relato de Marlene sobre aquele momento de ruptura, eu fazia interferências, porque para mim era difícil compreender, elaborar em imagens o que me contava. Como era possível uma enchente sem chuva e com o céu azul? E como essa água subia tão rápido que em minutos as pessoas tinham que abandonar suas casas, tentando salvar apenas os documentos, e se abrigando em qualquer ponto mais alto, pois se ficassem morreriam afogadas e carregadas pela força da correnteza?

Ouvia sem conseguir imaginar o que é viver esta experiência. Marlene narra que ouviu num programa de rádio o locutor alertar as pessoas para suspenderem seus móveis e saírem das casas, pois a água estava ocupando a cidade. Ficou apreensiva com o aviso, pegou seus quatro filhos pequenos, Raquel de 11 anos na época, Roberto de sete anos, Jonathan cinco anos, e Andrei com apenas 1 ano de idade, e foi até a casa de seu filho Roney pedir abrigo, porque a água invadiria sua casa. Porém, seu marido Aloir, que estava e continua doente se recusava a sair de casa; primeiro porque não acreditava que a água chegaria a sua casa; segundo porque, de forma alguma, abandonaria sua casa, evidenciando o que Teresa Caldeira (2000: 27) aponta como uma nova moldura de “cenários para as interações sociais”, instaurado pelo “medo e fala do crime”⁵.

Como seu filho, nora e marido disseram que aquilo era conversa fiada e que a água não chegaria ali, Marlene voltou pra casa com as crianças, entretanto, em menos de uma hora viu a água invadir sua casa e encher.

Andrei era pequeno na época. Marlene relatou que pegou um cobertor, enrolou Andrei e saiu caminhando no meio daquela lama com os três filhos pequenos atrás, segurando sua roupa.

Vendo a água invadir sua casa, voltou pra casa de seu filho com as crianças. Porém, seu filho também estava deixando a casa. Iriam pra um abrigo primeiro, mas depois foram pra casa da mãe de sua esposa, Angélica, com Bryan, o filho do casal, que

⁵ A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolgem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interação (...). (Caldeira, 2000: 27).

na época tinha um ano de idade. Não levariam Marlene, pois além de ser pequena a casa de sua sogra, ela também tinha cinco filhos pequenos.

Rua afora, Marlene saiu, durante a noite, caminhando pela estrada, com um filho no colo, e três crianças atrás, até um bairro vizinho, Espinheiros, na casa de sua irmã Dinha, que tem uma casa razoavelmente grande e que no momento da enchente abrigou em sua casa mais de quarenta pessoas. Além de adultos e crianças, ainda abrigou animais de estimação destas famílias. Impossível para eu imaginar esta situação de caos.

Marlene foi para a casa de sua irmã Dinha que mora num bairro que, embora tivesse alagado em vários pontos, sua casa não foi atingida. Angélica levou Roney e Bryan para a casa de sua avó. Porém, Aloir, marido de Marlene, que estava doente, negava-se a sair de casa, o que contribuía para aumentar a aflição da família. Aloir foi para casa de seu filho Robson quando compreendeu que se continuasse em sua casa morreria. Assim, obrigou-se a ir pra casa do filho que era uma casa muito pequena, sem espaço para abrigar toda a família. Marlene e seus filhos me contavam com admiração que a água chegou até a porta da casa de Robson, mas não ultrapassou este limite. Apesar de ilhados, Robson e sua esposa Juliana não sofreram diretamente a sensação de abandonar a casa e perder suas coisas.

A experiência de abrir as portas da casa para servir de abrigo temporário



Imagem 12: Dinha

Dinha nasceu em 1961 na cidade de Itajaí. Ela é uma das irmãs mais novas de um grupo de quinze irmãos incluindo dona Mariquinha e Marlene. Laurindo, marido de Dinha, tem cinquenta e quatro anos de idade, é aposentado da marinha. Dinha e Laurindo são casados há nove anos.

No domingo, dia 23 de novembro, quando o nível da água começava a se elevar na cidade os parentes mais próximos de Dinha e Laurindo começaram a entrar em contato com o casal para se abrigarem na casa deles. A partir daquele dia, inevitavelmente a casa de Dinha se tornou uma espécie de alojamento para atender as pessoas que necessitavam.

No primeiro dia, veio até a sua casa o irmão de Dinha acompanhado da esposa, um filho de Dinha com a esposa, o pai de Laurindo, dependente de cadeira de rodas para se deslocar. Na madrugada do dia 24 chegou Marlene acompanhada de quatro filhos pequenos, após ter caminhado por um longo período.

A rede de solidariedade que se formou tendo Dinha e Laurindo como conectores, ampliou-se para amigos deles e de seus parentes desabrigados, até mesmo para pessoas que eram encontradas ilhadas nos lugares por onde eles passavam em busca de alimentos e água potável, ou para vigiar as casas que foram abandonadas. Segundo Dinha, a situação se estendeu por mais ou menos 15 dias.

O bairro Espinheiros onde o casal mora foi fortemente atingido pelas águas, mas a casa deles foi poupada por se localizar na parte alta do bairro. Entretanto, não era uma casa isenta de riscos, pois fica junto de um imenso morro, que embora não tenha construções e sua vegetação esteja preservada, poderia desmoronar por estar encharcado, como foi observado em diversos locais do Vale do Itajaí.

O casal se colocou a disposição das pessoas que precisavam e enquanto Dinha ficava em casa atendendo as pessoas que chegavam, Laurindo ia para a rua buscar as pessoas que entravam em contato ou buscar alimentos, água potável e velas, provisões estas que em momento de enchente se tornam escassas.

Por causa do excesso de pessoas num curto período, a dispensa da família foi esvaziada. Nos primeiros dias faltaram alimentos, água potável, leite para as crianças e velas. Eram muitas crianças para alimentar e faltava o leite para elas. Embora não tendo a casa atingida pela água, o abastecimento de água, de energia elétrica e os serviços de telecomunicações de toda a região ficaram comprometidos, ou seja, cortados. O comércio se tornara inacessível ora por estar alagado, ora pelo preço de provimentos básicos como água e vela extrapolarem os valores de mercado. Outra dificuldade imposta pelo elevado número de pessoas num pequeno espaço era a cooperação para manter a organização da casa, cuidar das crianças e preparar as refeições. Esta situação sobrecarregava Dinha e Laurindo que eram os responsáveis pela casa, segundo o relato:

“A comida acabou, não tinha mais lugar para comprar, os lugares que tinham alagaram. Nós tinha feito uma compra antes da enchente, mas foi acabando a comida. Nós sofremos a mesma coisa que eles, nós não perdemos mobília, mas nós sofremos juntos. Tinham pessoas também que é uma espécie de suga-suga, não são capazes de levantar para lavar um prato, passar uma vassoura, passar um pano. Nem todo mundo colabora. Não foi fácil”. (Entrevista, 28/11/10)

Mesmo que as águas não tenham chegado a sua casa, a enchente causou sim uma ruptura no cotidiano do casal, segundo Dinha *“tava um sufoco. Tinha hora que dava vontade de sair, mas não sei pra onde, era tudo água”*. Receberam mais de quarenta pessoas entre parentes, amigos e desconhecidos.

A busca de um lugar para se abrigar: o relato de Angélica



Imagem 13: Angélica

Angélica somou-se ao número de desabrigados. A sua narrativa, assim como as das demais interlocutoras, contribuiu para refletir sobre a noção de tempo, “tempo pensado, tempo vivido” rompido pelo trauma da tragédia que foi instaurada pela enchente e reconstituído no tempo de nossa interação etnográfica (Eckert e Rocha, 2005) uma vez que orientada por uma etnografia da duração, tenho em vista buscar o significado associado ao fluxo de experiências, interações e situações concretas que estruturam uma cultura urbana nos termos da construção de sentidos das ordenações temporais e espaciais. Assim como Marlene e inúmeras famílias, Angélica foi surpreendida dentro de casa pela água que subia rapidamente:

“(...) Desde o início ela (Marlene), dizia que ia encher, mas nós não acreditava. Nós dizia que não, porque teve outras vezes que enchia tudo pra lá mas pra cá não, entende? Agente dizia que não, que não ia vir, (...) pra você ver, ninguém se preparou, sabe. Aí o que, eram umas três horas da manhã, que agente foi dormir, aí agente virou, né, Aí quando acordou já tinha água, estava tudo alagado, tinha água por tudo assim. Entrava por tudo, subia tão rápido”.(Entrevista, 07/11/10)

Em minutos não tinha mais endereço, em minutos a água invadira sua casa, restando apenas migrar para abrigos públicos e a acolhida de parentes e amigos. Até

mesmo a escola próxima à sua casa que estava servindo como abrigo, pelo fato de em eventos semelhantes se apresentar como um lugar seguro, desta vez encheria de água da mesma forma que a casa de Angélica, conforme seu relato:

“Aí agente foi pro CAIC, pra se abrigar ali, né, que é um colégio que tem aqui. Daí foi eu, o Bryan, meu irmão, esse que tava aqui, ele morava comigo na época. Aqui moravam os dois, hoje eles moram lá em cima, um de dezoito anos, que dormia num beliche que com a enchente foi detonado, e daí esse meu irmão que estava aqui foi pra casa da minha mãe, ficar lá com ela, e foi eu o Bryan e o Ronei, ele era pequenininho naquela época. Primeiro agente foi pro CAIC, aí eles começaram a abrigar gente, mas depois eles disseram que estava enchendo de água o obrigo. Mas foi coisa de meia hora. Aí chegou ali, eles mandaram todo mundo sair porque estava enchendo de água. Daí, um monte de gente só foi carregando o que podia, gente com o colchão na mão, com o colchão na cabeça, segurando os filhos, foi horrível.”(Entrevista, 07/11/10)

O conceito de drama social é uma contribuição de Victor Turner (1986) para a Antropologia Social que pode ser aplicado para a compreensão de fenômenos em sociedades complexas. Acordar, de madrugada, com a casa enchendo de água e ter que sair deixando tudo pra trás, esforçando-se para proteger os filhos, que pela pouca idade eram indefesos, foi o evento do qual emergiu a crise naquele momento na vida destes atores sociais. Por isso, a noção de drama contribui para elucidar situações conflituosas que acontecem, nos mais diversos níveis da vida social. Abandonar a casa era um ato inevitável pra Angélica e seu marido, Roney, porque a água atingiu um nível que impossibilitava a permanência deles ali.

Porém, a escola que serviria de abrigo temporário não era mais um lugar seguro. A rede de solidariedade formada entre parentes e amigos contribuiu para que os moradores da cidade salvassem suas vidas. Dada a falta de alternativa, ainda de madrugada Angélica foi pra casa de sua mãe, mas lá também encheu de água. Restava ainda a opção para Angélica e seus familiares de se abrigarem no piso superior da casa de sua avó, ficando ilhados por mais ou menos uma semana. Os dias que se seguiram foram caóticos, pois Angélica, Roney e Bryan tiveram que dividir um pequeno espaço com várias pessoas que precisaram abandonar as casas.

“Aí, a água estava subindo mais, e eu com o Bryan no colo, eu fiquei desesperada, com medo dele cair. Ele chorava muito. Aí o Ronei falou pra gente ir pra outro lugar. Daí agente ia pra casa da minha avó, da minha mãe, minto. Lá no São Vicente não tinha água ainda, só no Promorar, Cidade Nova, lá não tinha, mas pra cá tinha. Aí agente ficou lá na casa da minha mãe o dia todo, achando que a água não ia vir, porque até seis horas da noite não tinha água lá. Chegou seis horas começou a encher lá, aí minha avó tinha um sobrado de dois andares do outro lado, e agente foi pra lá. Foi minha mãe, minha avó, minha tia, foi tudo pra cima, mas não tinha banheiro, não tinha

nada. Era só uma construção desocupada, sabe. Aí agente começou a se ajeitar lá.”(Entrevista, 07/11/10)

A falta de água e energia elétrica e a ausência de uma estrutura física para moradia no espaço em que se abrigaram, expôs estas pessoas a precárias condições de higiene, as necessidades eram feitas dentro de sacolas e não havia água para tomar banho. Tinha apenas uma caixa d’água, mas a água era usada para beber e cozinhar.

A escassez de alimentos se colocou como dificuldade para esta rede de solidariedade de emergência que Angélica e sua família compuseram. Neste caso, a alternativa encontrada foi a de buscar comida no “Maxxi”, uma vez que a “invasão” do supermercado fora “permitida”, segundo Angélica:

“Onde agente estava, dormia nos colchões no chão. Tinha comida por um tempo, mas depois começou a faltar. O Bryan ficava agoniado, queria brincar. As crianças ficavam agoniadas, queriam brincar. Não tinha espaço, era um aperto. Tudo isso foi durante uma semana. Tinha pouca comida. Daí na hora que eles deixaram invadir o Maxxi, aí que eles desceram pra ir lá no Maxxi, arranjar comida pra gente, por que agente tinha pouca, já. Porque era muita gente, muita criança. Pensa, minha mãe têm cinco filhos, eu mais o Bryan. Daí o Ronei, a minha avó com o marido, a minha tia com os dois filhos, tava cheio de gente lá. Aí minha tia perdeu tudo, minha família perdeu tudo. A minha avó perdeu algumas coisas também”. (Entrevista, 07/11/10)

Além de sair em busca de alimentos, Roney assumiu a responsabilidade de vigiar as casas que foram abandonadas, como a deles e de seus pais, Aloir e Marlene.

Este evento instaurou uma situação dramática que persistiu por vários dias, sem mencionar agora o drama de voltar pra casa, ou melhor, quando ainda havia casa para voltar. Pude ouvir várias vezes, de várias pessoas relatos dramáticos semelhantes ao de Angélica.

Palavras finais

A enchente que aconteceu em novembro de 2008 em Itajaí evidenciou a vulnerabilidade da região afetada. As inundações, as enxurradas, os escorregamentos e outros movimentos de massa envolveram em situação de catástrofe mais de 1,5 milhões de catarinenses, dos quais cerca de 140 mortos e cerca de 78.000 desabrigados ou desalojados. Em Itajaí, a enchente deixou 42,3% da população local desabrigada e cinco mortos, segundo a revista História Catarina (Revista História Catarina, Jan/Fev 2009 1, p. 45); segundo dados da Defesa Civil de Itajaí, foram dois casos de vítimas fatais.

No período de pesquisa, a paisagem urbana permanecia fortemente marcada, evidenciando o nível em que a água chegou. Porém, tais marcas não se limitavam aos

muros e paredes das casas; eram marcas latentes nas vidas de quem teve suas casas afetadas pela água. Embora seja uma lembrança de um tempo recente, pois a cidade em geral se encontra em processo de reconstrução, é através dela que os habitantes da cidade de Itajaí refletem sobre seus tempos vividos (Bachelard, 1994) e reinventam suas condições de existência, por isso, compreende-se a memória social como um conhecimento de si e do mundo (Halbwachs, 1990). Relatos dramáticos como o de Dona Mariquinha, Dinha, Marlene, Angélica e Roberto estão bem vivos na memória dos moradores da cidade de Itajaí que tive a oportunidade de conversar sobre a experiência de vivenciar a enchente.

Referências

- BENJAMIN, Walter. "Crítica da violência - crítica do poder". In: *Documentos De Cultura - Documentos de Barbárie (Escritos Escolhidos)*. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BARNES, J. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.
- BECK, Ulrich. *La Sociedad del riesgo: Hacia una nueva modernidad*. Barcelona : Paidós, 1998.
- BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*. São Paulo: Ed. 34 EDUSP, 2003.
- DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 2004.
- DOUGLAS, M & Wildavsky, A. *Risk and Culture*. Los Angeles: University of California Press, 1982.
- DOUGLAS, Mary. *Risk and Blame, essays in cultural theory*. Londres: Routledge, 1992.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1966.
- ECKERT, Cornelia. "A cidade "com qualidade": Estudo de memória e esquecimento sobre medo e crise na cidade de Porto Alegre". In: *Revista Sociedade e Cultura*, v. 10, n. 1, jan/jun. Goiânia: UFG, 2007. p. 61-80.
- ECKERT, Cornelia & ROCHA, Ana Luiza Carvalho. *O Tempo e a Cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- FRANK, Beate, PINHEIRO, Adilson. *Enchentes na Bacia do Itajaí: 20 anos de experiências*. Blumenau: Edifur, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LOMNITZ, Larissa Adler. *Redes Sociais: cultura e poder*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- MATTEDI, M. A., BUTZKE, I. C. "A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres". In: *Revista Ambiente & Sociedade*, n.9, July/Dec. 2001. São Paulo: ANPPAS – UNICAMP. p.93-114.
- OLIVEIRA, Roberto C. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2000.

SPENGLER, Willian. “Memória dos sobreviventes: Relatos de dor e destruição sobre a tragédia que assolou o Vale do Itajaí em novembro de 2008”. In: *Revista História Catarina*, v. 3, n. 10, jan/fev. Lages: Editora Leão Baio, 2009. p.42 – 53.

TURNER, Victor. “Dewey, Dilthey, and Drama: An Essay in the Anthropology of Experience”. In: TURNER, Victor & BRUNER, Edward. *The Anthropology of Experience*. Chicago: University of Illinois Press, 1986.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.